

Jorun Poettering
Gefferson Ramos Rodrigues
[organizadores]

"Em Benefício do Povo"

OBRAS, GOVERNO E SOCIEDADE NA CIDADE COLONIAL

Mauad X

Copyright © by Jorun Poettering, Gefferson Ramos Rodrigues *et alii*, 2016

Direitos desta edição reservados à:

MAUAD Editora Ltda.
Rua Joaquim Silva, 98, 5º andar – Lapa
Rio de Janeiro – RJ – CEP 20.241-110
Tel.: (21) 3479-7422 – Fax: (21) 3479-7400
www.mauad.com.br
mauad@mauad.com.br

Projeto Gráfico:
Núcleo de Arte/Mauad Editora

Revisão:
Leticia Castello Branco

Este projeto recebeu financiamento do programa “LMUMentoring Excellence” da Ludwig-Maximilians-Universität de Munique e do programa de investigação e inovação da União Europeia “Horizon 2020”, sob o contrato de donativos Marie Skłodowska-Curie N° 659520. Reflete apenas a visão dos autores, sendo que nem a Ludwig-Maximilians-Universität de Munique nem a Agência de Execução de Pesquisa da Comissão Europeia são responsáveis pelo uso que pode ser feito das informações nele contidas.



CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

Ficha catalográfica elaborada por Isabel Andrade – CRB - 7/6380

E531

“Em benefício do povo” : obras, governo e sociedade na cidade colonial / organizadores : Jorun Poettering, Gefferson Ramos Rodrigues. – Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

384 p. ; 15,5 X 23,0 cm.

ISBN 978.85.7478.822-7.

1. Cidades coloniais. 2. Obras públicas. 3. História moderna. 4. Ibero-América. 5. Brasil. 6. América do Norte. 7. Ásia. I. Poettering, Jorun (org.). II. Rodrigues, Gefferson Ramos (org.). III. Título.

CDD 980.033

CDU 94(7/8)

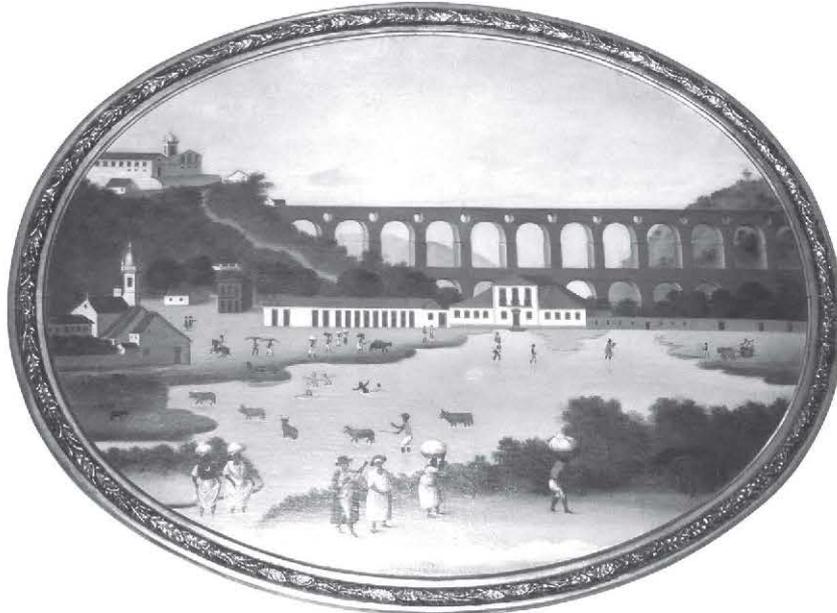


Fig. 1: Leandro Joaquim. Vista da Lagoa do Boqueirão, Aqueduto da Carioca, Igreja da Lapa e Santa Teresa [c. 1790]. Crédito: Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, Ibram, MinC, n. 046/2015. Foto: Hanna Sonkajärvi.

INTRODUÇÃO

AS OBRAS URBANAS COMO MEIO HEURÍSTICO PARA A EXPLORAÇÃO DA SOCIEDADE COLONIAL

Jorun Poettering

“Em benefício do povo” foi uma expressão frequentemente usada para justificar obras e reformas urbanas.¹ Um personagem que fez uso paradigmático dessa expressão foi o vice-rei dom Luís de Almeida Portugal, segundo marquês do Lavradio (1769-1779). Durante seu governo, ele abriu novas ruas no Rio de Janeiro, ampliou a área calçada da cidade, construiu

¹ Esta introdução conta com importantes comentários de Gefferson Ramos Rodrigues.

pontes e fontes, aterrou pântanos e reformou e erigiu fortes e fortalezas, além de realizar “muitos outros úteis serviços”, como escreveu no relatório que preparou em 1779 para o seu sucessor. Fez tudo isso para “promover o adiantamento e felicidade dos povos”, ou simplesmente “em benefício dos povos”.² Embora frequentemente ignorado por causa do seu caráter evidentemente retórico, esse recurso discursivo põe em relevo o papel de mediação entre o governo e a sociedade desempenhado pelas obras públicas. O objetivo da presente coletânea é estudar esse papel para as cidades coloniais, analisando, além dos próprios discursos, as intenções dos governantes associados à realização das obras e o seu acolhimento pelos habitantes.

O painel do Aqueduto da Carioca, que consta como emblema deste capítulo, pode ser lido como uma ilustração do relacionamento entre o governo, as obras e a sociedade. No retrato feito por volta de 1790 por Leandro Joaquim, artista mestiço do Rio de Janeiro, vê-se uma cena bucólica junto da antiga Lagoa do Boqueirão (atual Largo da Lapa), terreno ainda com poucas casas. No alto figuram o Convento e a Igreja de Santa Teresa, sob o antigo Morro de Desterro, e à direita o Morro de Santo Antônio, hoje quase todo demolido. Ruas, calçadas, pontes, fontes e obras em geral não se veem; unicamente, o enorme Aqueduto da Carioca no fundo do quadro. É ao mesmo tempo um cenário desligado e um elemento dominante, unindo as partes dispersas do quadro. Sem interagir com os personagens, na sua maior parte negros, representa uma expressão de distante civilização, aludindo vagamente a modelos romanos. A obra do aqueduto, construída segundo disposições do governo português, e a sociedade colonial retratada não estão integradas, mas existem uma ao lado da outra. Mesmo assim, o aqueduto transmite certa impressão de ordem e prosperidade. E o fato de o quadro fazer parte de uma série de painéis elípticos com cenas do Rio de Janeiro para a decoração dos pavilhões do Passeio Público deixa presumir que o aqueduto formou um dos elementos cruciais de identificação dos habitantes cariocas com sua cidade. Ou pelo menos para aqueles habitantes mais abastados, que costumavam frequentar o Passeio Público.³

Partimos da hipótese de que essa situação de decalagem entre as obras urbanas e a sociedade colonial, com as obras mostrando, ao mesmo tem-

2 Relatório do Marquez de Lavradio, vice-Rei do Rio de Janeiro, entregando o governo a Luiz de Vasconcelos e Souza, que o sucedeu no Vice-Reinado. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 4, p. 409-486, esp. p. 449, Rio de Janeiro, 1842.

3 Sílvia Hunold Lara. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 65-67.

po que dissimulando, a fragmentação da sociedade, servindo de marco de referência para o seu governo, e de símbolo de identificação para as suas elites, é paradigmática não só para as cidades da América portuguesa, mas também para aquelas de outros impérios coloniais europeus da época moderna. Tentamos, portanto, alargar a perspectiva da historiografia brasileira por meio da inclusão, com estudos de caso, de cidades coloniais espanholas, inglesas e neerlandesas, e da história eclesiástica, permitindo uma aproximação comparativa e integradora ao tema.

Depois de apresentar, nesta introdução, os conceitos centrais para a investigação das cidades coloniais, nos capítulos que seguem serão abordados os conceitos de governo colonial transmitidos pelas obras públicas, bem como as relações sociais que se embateram nelas. Se, por um lado, a política de colonização das metrópoles seguiu certas intenções, estabelecendo normas, determinando o traçado das cidades e planejando suas obras, por outro lado os moradores também tiveram um importante papel na formação da realidade urbana, seja a partir de ações específicas de indivíduos influentes, seja pelas práticas vividas pela população em geral no seu dia a dia. Modificando a perspectiva de investigação: até as obras em si podem ser interpretadas como agentes, intervindo nas vidas dos habitantes e contribuindo, por sua vez, na formação da sociedade e do seu governo. As obras públicas, por serem disponíveis para a maioria dos moradores, oferecem um meio heurístico poderoso para captar informações não só sobre as partes dominantes da sociedade, que normalmente deixaram mais vestígios históricos, mas também para refletir sobre a situação e as ações das partes subalternas e, com isso, para alcançar uma imagem da constituição e do desenvolvimento da sociedade urbana como um todo.

A cidade colonial como objeto de pesquisa

Não se pode contestar que exista uma historiografia consolidada sobre as cidades na América portuguesa. Depois de alguns trabalhos isolados a partir dos anos 1960, como a *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil*, de Nestor Goulart Reis Filho, que há muito se tornou um clássico, nas últimas décadas surgiram cada vez mais estudos relevantes.⁴ Esse desenvolvimento já foi delineado em várias ocasiões e não precisa ser retomado

4 Nestor Goulart Reis Filho. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil: 1500-1720*. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1968.

aqui.⁵ No âmbito internacional, no entanto, a História Urbana parece estar em crise. Esta surgiu como subdisciplina histórica nos anos 1960, na sequência do estabelecimento acadêmico da História Social, e das Ciências Sociais em geral. Empregando métodos quantitativos e prosopográficos, estava dominada pelo objetivo de identificar regras gerais em relação aos desenvolvimentos urbanos, seguindo uma visão largamente estruturalista. A partir dos anos 1980, com a ascensão da História Cultural, foram valorizados certos grupos de indivíduos urbanos, questionando-os por suas identidades e experiências. Temas como profissões, família, gênero, festas, criminalidade, corpo e a dimensão sensorial ocuparam a atenção dos profissionais da História Urbana. Com isso, as fronteiras entre a História Urbana e as outras subdisciplinas começaram a se dissolver. Hoje, no cenário internacional, vários historiadores já puseram em causa a análise da cidade como objeto *sui generis*.⁶

A historiografia urbana internacional ignora largamente, no entanto, a categoria da “cidade colonial” e, junto com ela, seu potencial inovador em relação às conjunturas históricas mais amplas.⁷ Nas cidades coloniais

-
- 5 Cf., por exemplo, Fania Fridman. Breve história do debate sobre a cidade colonial brasileira. *Anais do Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*, v. 8, n. 5, p. 43-72, 2004; Amílcar Torrão Filho. *Paradigma do caos ou cidade da conversão?* São Paulo na administração do Morgado de Mateus (1765-1775). São Paulo: Annablume/Fapesp, 2007, p. 29-82; Beatriz P. Siqueira Bueno. Introdução. *Anais do Museu Paulista* (Dossiê: Caminhos da história da urbanização no Brasil-colônia), nova série, v. 20, n. 1, p. 11-40, São Paulo, 2012.
- 6 Roey Sweet. Urban History. *Making History*, 2008. Disponível em http://www.history.ac.uk/makinghistory/resources/articles/urban_history.html. Acesso em 27 jul. 2015. Cf. tb. Harry S. J. Jansen. Wrestling with the Angel: on Problems of Definition in Urban Historiography. *Urban History*, v. 23, p. 277-299, Cambridge, 1996.
- 7 A produção bibliográfica sobre as cidades coloniais na América espanhola é vasta. Como obras de síntese citam-se, por exemplo: Richard L. Kagan. *Urban Images of the Hispanic World, 1493-1793*. New Haven: Yale University, 2000; Porfirio Sanz Camafies. *Las ciudades en la América hispana: siglos XV al XVIII*. Madri: Sílex, 2004; Jay Kinsbruner. *The Colonial Spanish-American City: Urban Life in the Age of Atlantic Capitalism*. Austin: University of Texas, 2005. Para as outras potências europeias a bibliografia é mais esparsa, embora não inexistente, cf., por exemplo: Robert Home. *Of Planting and Planning: the Making of British Colonial Cities*. 2.ed. Londres: Routledge 2013; Marc Lafrance. *Évolution physique et politiques urbaines: Québec sous le Régime français*. *Urban History Review/Revue d'Histoire Urbaine*, v. 75, n. 3, p. 3-22, Toronto, 1976; Gilles-Antoine Langlois. *Des villes pour la Louisiane française: théorie et pratique de l'urbanistique coloniale au 18^e siècle*. Paris: L'Harmattan, 2003; Ron van Oers. *Dutch Town Planning Overseas during VOC and WIC Rule (1600-1800)*, Zutphen: Walburg, 2000; Liam Matthew Brockey (org.). *Portuguese Colonial Cities in the Early Modern World*. Burlington: Ashgate, 2008. Com uma perspectiva comparativa: Robert J. Ross; Gerard J. Telkamp (orgs.). *Colonial Cities*. Dordrecht: Martinus Nijhoff, 1985; Anthony D. King. *Urbanism, Colonialism, and the World-Economy: Cultural and Spatial Foundations of the World Urban System*. Londres: Routledge, 1990; Horst Gründer; Peter Johaneck (orgs.). *Kolonialstädte: Europäische Enklaven oder Schmelztiegel der Kulturen?* Münster: LIT, 2001.

se condensaram, mais do que em qualquer outro lugar, o encontro e a interação de pessoas de origens geográficas, culturais e sociais diversas. É lá que se confrontaram diferentes conceitos de civilização, diferentes ideias políticas e diferentes práticas sociais. Cidades coloniais eram espaços privilegiados para a manifestação de fenômenos e processos transculturais e globais e, como argumentou Lynn Hunt num livro recente, é exatamente nesse campo de estudos que se encontra o futuro de uma historiografia adequada aos tempos atuais.⁸

A cidade colonial e as obras públicas

O que foram então as cidades coloniais, e quais eram as suas características principais? Planejadas e delineadas, na maioria dos casos, segundo padrões das potências colonizadoras, eram adotadas como instrumentos fundamentais da colonização. Sobretudo no tempo inicial da colonização e em regiões onde a autoridade colonial era mais combatida, seja pela população indígena ou por outras nações europeias, as cidades assumiram um caráter altamente militar, com fortificações, torres e muros. Muitas vezes construídas ao pé do mar ou em cruzamentos de rotas importantes, as cidades coloniais serviam também de entreposto comercial, concentrando as mercadorias a serem exportadas para a metrópole e recebendo as que vinham de lá. Foi nas cidades que as potências colonizadoras estabeleceram os seus representantes para a administração e jurisdição dos territórios reclamados por elas, embora, além das autoridades vindas do além-mar, as cidades geralmente também dispusessem de instituições de autogoverno. Formaram pontos de encontro, reunindo pessoas de diferentes origens e regimes culturais. Havia cidades coloniais administradas por companhias de comércio, nas quais, em contraste com aquelas controladas pelos próprios Estados, podia prevalecer um espírito mais capitalista e menos preocupado com as “funções públicas” e o desenvolvimento da sua aparência física. Todas eram, de uma ou outra maneira, criadas em conformidade com modelos europeus, tanto no seu aspecto externo (a *urbs*) como na sua organização interna (a *civitas*), embora sempre incluíssem elementos específicos do respectivo lugar. Com as independências das colônias, em vários casos pode-se constatar o fim do urbanismo precedente, e a partir desse momento os novos governos tentaram privilegiar a construção da nação em sua dimensão territorial.

8 Lynn Hunt. *Writing History in the Global Era*. Nova York: Norton, 2014.

Além da urbanização ter sido um instrumento-chave para a colonização, era considerada um meio para a civilização dos habitantes das colônias. Na sua obra *Delle cause della grandezza e magnificenza delle città*, publicada em 1588, o estadista italiano Giovanni Botero cita o caso brasileiro para explicar o significado da aglomeração dos povos nativos em cidades:

Uma coisa parecida é constantemente feita no Brasil onde o povo vive disperso por aqui e por ali em covas ou em cabanas fabricadas de ramos e frondes de palmeiras, não em casas. Como vivem assim dispersas, as pessoas mantêm a sua mentalidade selvagem e os seus costumes rudes, o que torna difícil pregar o evangelho, converter infiéis, instruir aqueles que gradualmente foram convertidos e deixá-los sob governo civil. Assim os portugueses e padres jesuítas usam todos os meios para recolhê-los nos lugares mais apropriados, onde, seguindo um modo de vida civilizado, podiam ser mais facilmente instruídos na fé cristã pelos padres e governados pelos oficiais do rei.⁹

Embora o objetivo da civilização por meio da vida urbana fosse mais acentuado em relação aos povos indígenas, seja nas missões, tema do capítulo de Guillermo Wilde nesta coletânea, seja nas cidades com populações mistas, como exposto no capítulo de Sabine Panzram, as elites também pretendiam civilizar os habitantes de origem europeia com suas políticas de urbanização, como mostram Luiz Tavares no seu estudo de um tratado erudito sobre o melhoramento de São Luís do Maranhão, e Marieta Carvalho no seu texto sobre a ação da Intendência de Polícia no Rio de Janeiro joanino. Alguns fundadores de cidades coloniais até vieram com o objetivo de realizar experiências com novas formas de organização social para alcançar uma sociedade “melhor” do que aquela na Europa, seguindo aspirações de uma verdadeira “cidadania cristã”. Além das missões jesuíticas, outros exemplos bem conhecidos relacionados a essa visão são as cidades criadas pelo jurista e teólogo Vasco de Quiroga na Nova Espanha, seguindo a *Utopia* de Thomas Morus, ou a cidade de Filadélfia na América do Norte, fundada por William Penn seguindo as diretrizes religiosas dos quacres.¹⁰

9 Giovanni Botero. *On the Causes of the Greatness and Magnificence of the Cities* (org. Geoffrey Symcox). Toronto: University of Toronto, 2012, p. 10. Tradução própria.

10 Vasco de Quiroga. *La utopía en América* (org. Paz Serrano Gassent). Madri: Historia 16, 1992; Paz Serrano Gassent. *Vasco de Quiroga: utopía y derecho en la conquista de América*. Madri: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2001; Edward Digby Baltzell. *Puritan Boston and Quaker Philadelphia: two Protestant Ethics and the Spirit of Class Authority and Leadership*. New Brunswick: Transaction, 1996.

Como argumenta Foucault no seu famoso texto *De espaços outros* (1967), trata-se de heterotopias, isto é, de concretizações do que se sonhou, mas nunca se conseguiu realizar na Europa.¹¹ Nessa perspectiva, as cidades coloniais formaram uma espécie de compensação para os malogros e as falhas que abalaram as cidades das metrópoles.

Embora várias cidades fossem montadas em lugares onde já existiam núcleos urbanos antes da chegada dos colonizadores, sempre integravam componentes cruciais do entendimento urbano europeu: remetiam, mesmo que imperfeitamente, a uma organização política baseada no modelo comunal e prometiam um modo de vida requintado. Essas características eram materializadas por elementos arquitetônicos e espaciais, como a casa da Câmara, um sistema de praças e ruas, dispositivos de segurança que podiam incluir fortes e muralhas, infraestruturas como chafarizes, pontes, cais e matadouros, e instituições de previdência social como igrejas, misericórdias, hospitais e cemitérios. Em geral, os planejadores das urbes coloniais orientaram-se num tipo de cidade desenvolvido segundo os conceitos mais avançados do seu tempo, mas também eram fortemente influenciados pelas tradições das suas terras de origem. As cidades coloniais ibéricas, por exemplo, refletem o passado medieval e árabe das suas metrópoles, como argumentaram Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1936) e Luis Weckmann em *La herencia medieval de México* (1984).¹² Na presente coletânea, Sabine Panzram retoma o debate que surgiu em volta dessas alegações e desconstrói o discurso alusivo a modelos antigos empregado por Felipe II de Espanha nas suas *Ordenanzas de Descubrimiento, Nueva Población y Pacificación de las Indias*. Outras cidades coloniais seguiam modelos renascentistas ou barrocos, como demonstram, nesta coletânea, Anke Fischer-Kattner, com seu trabalho sobre o sistema defensivo de Charles Town, na América inglesa, e Susan Richter, no seu capítulo sobre a cidade de Batávia, situada na Ásia holandesa, ou em ideais do Iluminismo, como salienta o capítulo de Marieta Carvalho sobre o Rio de Janeiro joanino.

Todas as cidades coloniais europeias partilhavam uma tradição política que remonta à Antiguidade clássica, debruçando-se sobre os modelos grego da *polis* e romano da *res publica*. No entanto, o caráter comunal das

11 Michel Foucault. De espaços outros. *Estudos Avançados*, v. 27, n. 79, p. 113-122, São Paulo, 2013.

12 Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. 19.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987; Luis Weckmann. *La herencia medieval de México*. 2.ed. Cidade do México: Colegio de México/Fondo de Cultura Económica, 1994.

suas instituições políticas desenvolveu-se somente a partir do século IX na Península Ibérica, e a partir do século XII no resto da Europa.¹³ Tratou-se, num primeiro momento, de corporações autônomas, constituídas de indivíduos livres e iguais, que, no caso ibérico, tinham sido abandonados pela nobreza cristã no contexto da conquista árabe, e em outras regiões tinham fugido do sistema feudal para governar a si mesmos, formando um grupo fechado e segregado da vizinhança. Em teoria, todos os seus membros tinham os mesmos direitos e deveres, e todos participaram do governo, seja por consenso ou por via de representantes eleitos. Seu objetivo era garantir a paz e atingir o “bem comum”, ou seja, um compromisso que respeitasse o coletivo e com o qual cada um tivesse os meios de viver em condições dignas.¹⁴ Além da defesa militar, da jurisdição e do bom governo econômico, esse objetivo foi atingido pela realização de obras públicas. As obras resultantes do processo de autogoverno podem, pois, ser interpretadas como a materialização da sociedade urbana em funcionamento. No entanto, já na Europa medieval esse ideal foi raramente alcançado. Com poucas exceções, havia um príncipe ou senhor que limitava a liberdade de ação das cidades e de seus concelhos, mesmo que os protegesse, provendo-os de privilégios e consolidando seu espaço de manobra. Além disso, só parte da população cidadina podia concorrer para ser cidadã, ou seja, membro pleno da comunidade política, e em geral era preciso ser do sexo masculino, possuir propriedade de terra e não pertencer a certos grupos étnicos (judeus, árabes, ciganos, etc.). Entre os cidadãos formaram-se rapidamente elites com uma influência maior nos processos governativos, conduzindo a uma hierarquização da população em detrimento da suposta sociedade igualitária. As lutas pelo poder e os conflitos entre as diversas facções também se refletiam na organização das obras e do espaço criado por elas. As obras

13 Max Weber. *Wirtschaft und Gesellschaft: Die Wirtschaft und die gesellschaftlichen Ordnungen und Mächte*. Die Stadt (Max Weber Gesamtausgabe, v. 22, n. 5). Tübingen: Mohr Siebeck, 2000; Peter Blickle. *Kommunalismus. Skizzen einer gesellschaftlichen Organisationsform*. 2 vols. Munique: Oldenbourg, 2000; Beat Kümin. *The Communal Age in Western Europe, ca. 1100-1800: Towns, Villages and Parishes in Pre-Modern Society*. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2013; Maria Helena da Cruz Coelho; Joaquim Romero Magalhães. *O poder concelhio: das origens às cortes constituintes*. Notas da história social. Coimbra: Centro de Estudos e Formação Autárquica, 1986; Pedro Cardim. *La corona y las autoridades urbanas en el Portugal del antiguo régimen: entre los Habsburgo y los Braganza*. In: Jesús Bravo Lozano (org.). *Espacios de poder: cortes, ciudades y villas* (s. XVI-XVIII), v. 1. Cantoblanco: Universidad Autónoma de Madrid, 2002, p. 29-50.

14 Herfried Münkler; Harald Bluhm. *Einleitung. Gemeinwohl und Gemeinsinn als politische-soziale Leitbegriffe*. In: Herfried Münkler; Harald Bluhm (orgs.). *Gemeinwohl und Gemeinsinn. Historische Semantiken politischer Leitbegriffe*. Berlin: Akademie, 2001, p. 9-30.

foram instrumentalizadas – junto com o respectivo discurso sobre o “bem comum” – para a imposição de interesses particulares ou para a sedução da população, ao mesmo tempo que serviam como sinais de referência para a própria grandeza.¹⁵

Com o advento da Idade Moderna, o poder dos príncipes aumentou em detrimento da autonomia comunal e as cidades ficaram mais integradas nos estados territoriais. Os governos centrais introduziram novos impostos, subordinaram a justiça local ao seu controle e começaram a vigiar a atividade dos funcionários municipais. O “bem comum” veio agora a ser uma reivindicação das Câmaras perante os governantes, e com o tempo tornou-se pretensão e justificativa das medidas legislativas e administrativas tomadas pelos soberanos. Em vez do discurso sobre o bem comum fundamentado na negociação entre os diversos membros das comunidades, começou a prevalecer uma retórica do “bem comum” e do “benefício do povo” estabelecido paternalmente pelo príncipe, com o fim de garantir a segurança, preservação e prosperidade da sua população e do seu estado. As obras não deixaram de ser a sua materialização, mas agora dependiam da vontade do soberano.

Nas colônias a situação, *grosso modo*, seguiu esse desenvolvimento, embora se constatasse algumas diferenças importantes. Desde o princípio as sociedades urbanas coloniais mostraram um grau de diferenciação interna muito maior do que as sociedades urbanas na Europa, seja pela complexa composição étnica dos seus moradores, seja por causa do grande percentual de pessoas escravizadas, seja pelo desenvolvimento extremamente rápido de uma oligarquia local dominante com postos na administração municipal que, em alguns casos, podiam ser vitalícios ou até hereditários. Uma parte ainda muito maior da população era totalmente excluída da participação na vida política formal nas cidades coloniais do que nas cidades europeias. A integração no Estado e a subordinação ao príncipe, no entanto, ocorreram menos pronunciadas e mais tarde do que nas metrópoles. Essa relativa au-

15 Élisabeth Crouzet-Pavan. “Pour le bien commun”... À propos des politiques urbaines dans l’Italie communale. In: Élisabeth Crouzet-Pavan (org.). *Pouvoir et édilité: les grand chantiers dans l’Italie communale et seigneuriale*. Roma: École Française de Rome, 2003, p. 11-40; Claire Billen. Dire le Bien Commun dans l’espace public: matérialité épigraphique et monumentale du bien commun dans les villes des Pays-Bas, à la fin du Moyen Âge. In: Élodie Lecuppre-Desjardin; Anne-Laure van Bruaene (orgs.). *De Bono Communi: the Discourse and Practice of the Common Good in the European City (13th-16th c.)*. Discours et pratique du Bien Commun dans les villes d’Europe (XIII^e au XVI^e siècle). Turnhout: Brepols, 2010, p. 71-88.

tonomia das cidades coloniais era condicionada pela distância em relação ao centro do poder, que restringiu o contato direto com o governo, retardou a comunicação escrita e dificultou o controle pelas autoridades. Mesmo quando se tratou de cidades de elevado interesse militar, econômico ou administrativo para a metrópole, suas Câmaras dispunham de certa capacidade de negociação, já que sem a sua cooperação o sistema colonial não teria funcionado.¹⁶ Mesmo assim as cidades coloniais dependiam fortemente dos centros do poder. Não só tinham uma posição geográfica, econômica e socialmente isolada, mas, diferentemente de muitas cidades metropolitanas que mandaram enviados às cortes, muitas cidades coloniais não dispunham de representantes institucionalizados na Europa. Mas isso não significou que as cidades buscassem maior autonomia. Pelo contrário, frequentemente recorriam à metrópole para pedir apoio e fazer valer suas intenções. Desenvolveu-se, pois, uma situação de dependência recíproca entre as cidades coloniais e as metrópoles, com um espaço de ação política considerável para as primeiras.

O que essas diferenças significaram para as obras? No âmbito conceitual e material havia uma grande semelhança entre as obras nas cidades europeias e aquelas nas cidades coloniais. Como na Europa, tratava-se de construções para a proteção e o abastecimento das populações, acompanhadas de medidas reguladoras como fixações de preços, normas de construção ou provisões higiênicas. Além do seu funcionalismo imediato, eram um recurso estético, simbolizando ordem e riqueza, ao mesmo tempo que serviam para legitimar o governo comunal e senhorial, demonstrando suas competências e eficiências. No entanto, como foi dito, as sociedades coloniais urbanas eram muito diferentes das metropolitanas, e os seus governos, ainda menos representativos. Por isso, enquanto nas cidades europeias as obras, em princípio, eram espécies de instituições de autoajuda de que todos os moradores se beneficiaram, nas cidades coloniais eram instituições impostas, que geralmente não refletiam a composição nem as necessidades da população, mas se originaram de interesses das elites locais. Embora na Europa também houvesse uma divergência entre as obras como conceito e a prática do seu uso, as contribuições desta coletânea mostram como nas cidades coloniais o afastamento entre o concebido e o praticado podia ser extremamente marcado.

16 Para o caso luso-brasileiro, cf. entre outros, António Manuel Hespanha. Centro e periferia nas estruturas administrativas do Antigo Regime. *Ler História*, v. 8, p. 35-60, Lisboa, 1986; Maria Fernanda Bicalho. *Cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; Ronald Raminelli. *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: FGV, 2015, p. 61-102.

Essa disfunção das obras na colônia, e da “república” em geral, é um tópico antigo, refletido sobretudo pelo ponto de vista do colonizador condescendente, que temia a falha do projeto de colonização e civilização segundo os padrões europeus. Frei Vicente do Salvador, por exemplo, observou na sua *História do Brasil*, datada de 1627:

Donde nasce também que nem um homem nesta terra é repúblico, nem zela ou trata do bem comum, senão cada um do bem particular. Não notei eu isto tanto quanto o vi notar a um bispo de Tucuman da ordem de São Domingos, que por algumas destas terras passou para a Corte. [...] Notava as coisas e via que mandava comprar um frangão, quatro ovos e um peixe para comer e nada lhe traziam, porque não se achava na praça nem no açougue e, se mandava pedir as ditas coisas e outras muitas às casas particulares, lhas mandavam. Então disse o bispo: verdadeiramente que nesta terra andam as coisas trocadas, porque toda ela não é república, sendo-o cada casa. [...] Pois o que é fontes, pontes, caminhos e outras coisas públicas é uma piedade, porque atendo-se uns aos outros, nenhum as faz, ainda que bebam água suja e se molhem ao passar dos rios ou se orvalhem pelos caminhos, e tudo isto vem de não tratarem do que há cá de ficar, senão do que hão de levar para o reino.¹⁷

“Ser repúblico”, no entendimento de frei Vicente, corresponde a um sentimento de responsabilidade pelo “bem comum” que compreende virtudes atribuídas classicamente aos membros de uma comunidade urbana em prosperidade. Segundo John Pocock, também na Europa essas virtudes teriam se perdido, já que, com a ascensão social e econômica dos cidadãos, o seu empenho pelo bem comum teria ficado aquém dos seus interesses particulares, causando o declínio urbano.¹⁸ Mas no caso das colônias, como não só argumentou Vicente do Salvador, o desenvolvimento de um espírito republicano teria sido inibido desde o início pela duração limitada da permanência das pessoas que poderiam ter investido nas cidades. No entanto, apesar de que muitos dos cidadãos ficaram para sempre, as contribuições

17 Vicente do Salvador. *História do Brasil*. 4.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965, p. 58-59.

18 John G. A. Pocock. *The Machiavellian Moment: Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition*. Princeton: Princeton University, 1975. Essa interpretação, no entanto, foi desmentida, entre outros, por historiadores que estudaram as cidades-repúblicas neerlandesas que não sofreram tal decadência. Cf. Wijnand W. Mijnhardt. *The Limits of Present-Day Historiography of Republicanism*. *De Achttiende Eeuw*, p. 75-89, Leiden, 2005. Disponível em http://www.dbnl.org/tekst/_doc003200501_01/_doc003200501_01_0008.php. Acesso em 29 jul. 2015; Mary Lindemann. *The Merchant Republics: Amsterdam, Antwerp, and Hamburg, 1648-1790*. Nova York: Cambridge University, 2015.

desta coletânea mostram que as razões e peculiaridades das tensões entre o ideal importado da Europa e a realidade vivida na colônia em relação às obras públicas eram muito mais diversas do que o cronista sugeriu. Resultaram, em vários casos, de uma superposição complexa de expectativas e atitudes provenientes de diferentes culturas, como mostram Guillermo Wilde no seu texto sobre as missões jesuíticas no Paraguai, e Susan Richter na sua contribuição sobre o fracasso do sistema de canalização em Batávia na ilha de Java. Além do fator cultural, outro motor das disparidades foram os agudos conflitos entre os diferentes grupos sociais que configuraram as realidades urbanas, como consta, por exemplo, nos capítulos de George Souza sobre o Recife e de Antonia Mota sobre São Luís do Maranhão. Nesses casos as obras funcionaram como prismas que trouxeram a lume as divisões inerentes à sociedade colonial. Em contrapartida, Luciano Figueiredo argumenta no seu capítulo que existia sim uma consciência geral sobre a necessidade de contribuir ao “bem comum”, à qual os súditos (pelo menos aqueles representados nas Câmaras) das cidades em muitos casos respondiam voluntariamente. Afirma que foi também com “pedra e cal”, ou seja, por via das obras públicas, que se forjava a coesão do império português.

O ordenamento do espaço e a materialidade das obras

Com a abertura da perspectiva para os diversos atores sociais que participaram das negociações explícitas ou implícitas sobre as obras e o espaço urbano, supera-se a velha discussão sobre o procedimento regularizado ou não em relação ao traçado das cidades. A discussão partiu da hipótese de um desenvolvimento supostamente “orgânico” das cidades medievais, resultado da pluralidade de cidadãos representados na política comunal. Essas cidades teriam mostrado uma aparência composta e irregular, sempre inconclusa, mas altamente operacional.¹⁹ Com o advento da Idade Moderna, no entanto, teria se desenvolvido um novo modelo de traçado, gerado a partir de uma perspectiva de conjunto, com delimitações claras e coerentes, frequentemente em forma de xadrez, com uma praça central na qual se concentravam os edifícios públicos e a igreja principal. Embora tramado na Europa, esse modelo seria essencialmente realizado nas colônias, porque na Europa já não eram fundadas muitas cidades nessa época.

19 Leonardo Benevolo. *A cidade na História da Europa*. Lisboa: Presença, 1995.

Como é bem conhecido, Sérgio Buarque de Holanda, comparando o traçado das cidades coloniais espanholas com o das portuguesas, constatou que, enquanto as espanholas eram caracterizadas por esse tipo de regularidade, as portuguesas continuaram a ser dominadas pela desordem, com construções proliferando-se livremente.²⁰ Contrariamente ao que se poderia pensar, Holanda não interpretou essa proximidade ao modelo medieval como promissora em relação a uma mentalidade integradora e “republicana”, mas a considerou problemática. Como sugeriu Fania Fridman, ele até pode ter visto nesse tipo de urbanização uma antecipação de elementos característicos do Brasil autoritário contemporâneo da elaboração do seu livro (publicado em 1936).²¹ Hoje, depois de um extenso debate, a tese do suposto traçado aleatório das cidades da América portuguesa pode ser considerada refutada.²² Presume-se que também no caso brasileiro quase sempre houve um planejamento com padrão regularizado, embora adaptado às circunstâncias locais, sendo que a primeira norma a respeito já fez parte do *Regimento Geral* de Tomé de Sousa, de 1548, base da fundação da cidade mais antiga da colônia, Salvador da Bahia.²³

O traçado em xadrez com praça central, no entanto, não estava limitado ao mundo ibérico. Nas cidades coloniais inglesas, situadas na América do Norte, África ocidental e Austrália, desenvolveu-se um traçado urbano muito parecido. Foi formalizado por Anthony Ashley-Cooper nos anos 1670 e aplicado como *Grand Modell* durante toda a Idade Moderna.²⁴ Como origem desse tipo de cidade foram sugeridos modelos renascentistas e barrocos, incluindo aquele da América espanhola. De fato, o historiador Robert Home identificou como componentes característicos do traçado britânico oito atributos que também se encontram nos modelos ibéricos: uma política deliberada de urbanização em vez de assentamentos dispersos; títulos de terra alocados em combinação com lotes urbanos, suburbanos e rurais; a

20 Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. 19.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987, p. 61-100.

21 Fania Fridman. Breve história do debate sobre a cidade colonial brasileira. *Anais do Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*, v. 8, n. 5, p. 65, 2004.

22 Cf. a discussão em Amílcar Torrão Filho. *Paradigma do caos ou cidade da conversão?* São Paulo na administração do Morgado de Mateus (1765-1775). São Paulo: Annablume/Fapesp, 2007, p. 29-82.

23 Rui Carita; Helder Carita. Modelos, instituições e personagens: a urbanização do espaço atlântico nos séculos XV e XVI. *Oceanos*, v. 41, p. 174-190, esp. p. 181, Lisboa, 2000.

24 Robert Home. *Of Planting and Planning: the Making of British Colonial Cities*. 2.ed. Londres: Routledge 2013, p. 9-37.

cidade planejada anteriormente ao assentamento; ruas largas dispostas em forma geométrica, geralmente de xadrez; praças públicas; espaçosas parcelas retangulares de tamanho-padrão; algumas parcelas reservadas para propósitos públicos; uma distinção física entre a cidade e o campo, marcada por terra comunal ou um cinturão verde.

Em termos de História Social, no entanto, a análise do uso das disposições materiais urbanas no dia a dia e das negociações entre os diversos agentes sociais para os quais elas tinham um significado particular parece muito mais promissora do que a procura do traçado originalmente pretendido. Destaca-se nessa vertente a contribuição teórica de Henri Lefebvre no seu livro *A produção do espaço* (1974), que contrapõe ao espaço urbano *concebido*, isto é, o espaço delimitado pelos urbanistas, o espaço *percebido*, ou seja, experimentado pelos moradores e outros observadores, e o espaço *vivido*, criado pelos grupos sociais via seu modo de agir, independentemente do pretendido pelos teóricos.²⁵ A outra grande referência nesse campo é Michel de Certeau com o livro *A invenção do cotidiano* (1980), que trata da apropriação do espaço por via de práticas individualizadas, contrastando as táticas das pessoas comuns com as estratégias das instituições.²⁶ A produção de obras públicas pelo governo significou ao mesmo tempo uma produção de espaço, enquanto a indiferença ou insubordinação do povo em relação às obras, ou até a sua reafetação, pode ser considerada uma tática de alienação do respectivo espaço. Para além disso, entende-se que as obras e os espaços não só foram moldados pelo governo, em negociação explícita ou implícita com a população, mas que, em sentido inverso, também as obras moldaram a conduta e as ações dos habitantes da cidade. As obras refletiam as identidades e as relações sociais, mas também exerciam ações próprias, participando na formação da realidade colonial. Falando com Bruno Latour, elas faziam parte de uma rede na qual agiam de igual direito com os seres humanos.²⁷

O presente livro reflete esses desenvolvimentos teóricos, analisando não só os discursos usados pelos planejadores e analistas oficiais da vida urbana, mas também os contextos de ação dos moradores, suas motivações, experiências e valorizações da realidade material. Práticas do espaço diferindo do patamar hegemônico constata-se mais nitidamente nas con-

25 Henri Lefebvre. *La production de l'espace*. 4.ed. Paris: Anthropos, 2000.

26 Michel de Certeau. *A invenção do cotidiano*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

27 Bruno Latour. *Reassembling the Social: an Introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford: Oxford University, 2005.

tribuições de Antonia Mota, que investiga a usurpação do traçado urbano original de São Luís do Maranhão, tanto por membros da elite como por setores desprivilegiados, e de Guilherme Wilde, que identifica uma ordem espacial estabelecida pelos guaranis muito mais abrangente do que aquela concebida pelos missionários jesuítas. Denise Tedeschi, por sua vez, analisa em detalhe como o sistema de abastecimento de água de Mariana formou e diferenciou o espaço urbano da cidade mineira e como os atores humanos estavam envolvidos na sua construção e utilização.

Com suas funções de proteção e provimento, as obras influenciaram a vida de toda a população. Reduziram os riscos bélicos e naturais, facilitaram a subsistência e o trabalho dos moradores e os liberaram para outras tarefas. Ao mesmo tempo, as obras também restringiram os habitantes nas suas ações e os disciplinaram a seguir certos modelos de comportamento para poderem participar desses benefícios. Poder-se-ia supor que aqueles que determinaram o planejamento e a construção das obras tivessem uma grande influência na formação da sociedade, seguindo as suas próprias ideias e interesses, associados a cálculos políticos ou a ideologias sociais. Já a pura presença das obras, e às vezes a sua grandeza, serviriam para confirmar o poder e a legitimidade do governo, mecanismo ainda mais relevante nas colônias do que em lugares mais próximos dos centros do poder. Mas os planejadores e mestres de construção não tinham o controle total sobre as obras. Frequentemente os objetivos associados às obras pelos governos não foram atingidos como pretendido. As realizações de maior ímpeto geralmente não se deram de uma só mão ou a partir de um planejamento único, mas foram resultados de conflitos de interesses de diversos intervenientes, que resultaram em morosos processos de construção, ampliação, destruição e reconstrução no todo ou em partes. Na coletânea, Gefferson Rodrigues mostra como as populações de Recife e Olinda entraram numa longa luta sobre se tapariam ou não uma ponte, dando a ela a função de barragem ou permitindo o livre percurso das águas. Em tempos de crise, as obras podiam constituir pontos de sensibilidade, senão vulnerabilidade para as cidades, por exemplo, se inimigos externos usassem as pontes e estradas para invadi-las, ou se rebeldes internos cortassem o abastecimento de água para gerar caos. Mesmo assim, muitas obras não só superaram as mais diversas crises, mas mostraram uma permanência muito maior do que os regimes que as tinham deixado construir.

Embora o quadro de Leandro Joaquim apresentado no início deste capítulo pareça mostrar o contrário, as obras também podem ser vistas como

entidades que ligavam as diferentes partes da população urbana. Formaram um meio fundamental pelo qual os governos buscaram assegurar-se de sua aceitação pelo povo. Se os moradores não recebessem as obras com agrado, os governadores, até certa medida, tinham de estar preparados a adaptá-las às suas demandas. É verdade que as obras frequentemente excluía parte da população – mais evidente no caso dos muros –, aumentando com isso a fragmentação da sociedade. Mas, tratando-se de obras de relevância, os excluídos tendiam a entrar em conflito para também conseguir acesso, o que colocou as diferentes partes outra vez em contato. Repetindo a hipótese inicial de que as obras detinham um papel mediador entre o governo e a sociedade urbana, pensamos que é a partir do estudo das obras que se podem decifrar as relações sociais e de poder correspondentes. Trata-se de uma aproximação especialmente apropriada para a investigação das cidades coloniais, porque, por mais que as obras fossem simplesmente copiadas de modelos europeus, tanto mais gerariam a necessidade de renegociações em termos de implementação e apropriação por parte dos governos e das sociedades, já que os governos e sobretudo as sociedades eram tão distintas das europeias, e a luta pela interpretação das obras era especialmente forte. As contradições entre o *concebido*, o *percebido* e o *vivido* manifestaram-se abertamente no dia a dia das obras e dos espaços formados por elas: na rua, na praça, no chafariz, no recinto da muralha, no matadouro.

As contribuições

A coletânea divide-se em três partes. Os ensaios da primeira parte analisam os conceitos dos agentes que conceberam e planejaram as cidades e as obras e examinam os discursos empregados para sua legitimação. *Sabine Panzram* investiga a referência ao modelo romano nas *Ordenanzas* de 1573 de Felipe II de Espanha. Expõe que as cidades coloniais espanholas só receberam a etiqueta de terem sido fundadas obedecendo a critérios da Antiguidade clássica bem depois da sua criação. Argumenta que os governantes escolheram a alusão às cidades antigas para marcar seu pertencimento a uma nova época, diferenciando-se da sociedade feudal, ao mesmo tempo que usaram a referência como justificativa para a ocupação do território e o direito de dominação. *Anderson Reis* discute o termo “bom governo” e seu uso na Nova Espanha nos séculos XVI e XVII. Explica que foi utilizado para organizar os discursos dos diversos agentes coloniais em ocasiões de demanda ou justificativa de uma medida política específica, mostrando seu

emprego com significados diferentes e até contraditórios. O termo “bom governo” não coincidiu necessariamente com medidas consideradas boas pela comunidade, nem o termo “benefício do povo” significava que a população em geral tivesse vantagens, mas apenas inseriam nas respectivas ações o “substrato ético decorrente do princípio do bem comum”. *Luciano Figueiredo* analisa a estrutura fiscal em que se baseia a construção das obras. Argumenta que especialmente a partir da Restauração portuguesa existia no povo uma percepção generalizada sobre a necessidade de ter de contribuir para a realização do “bem comum”, apoiando financeiramente obras em todo o império. *Luiz Tavares* faz um estudo de caso, analisando um tratado erudito redigido entre 1798 e 1803 no qual o autor oferece propostas ao rei de como melhorar a vida urbana de São Luís do Maranhão. Segundo esse tratado, um espaço citadino mais ordenado e uma oferta de produtos de luxo iriam retirar os moradores da sua indolência, encorajando o consumo, tornando-os civilizados e gerando rendimentos maiores para o Estado. Como mostra Tavares, o autor identifica o “benefício do povo” com o benefício da Coroa, com o objetivo de aprofundar a afiliação da cidade colonial em relação à metrópole. Também *Marieta Carvalho* trata na sua contribuição de uma política urbana orientada à criação de uma sociedade baseada em ideais de civilidade, analisando a atuação da Intendência de Polícia no Rio de Janeiro após a chegada da família real em 1808. Segundo Pinheiro, no âmbito discursivo era compreendido que o empenho do rei servisse à promoção da felicidade do povo, mas que de fato o povo não teve escolha senão modificar seus hábitos, adaptando-se às novas realidades de viver em uma corte.

Essa avaliação contrasta com aquelas dos autores da segunda parte da coletânea, que destacam o potencial negociador das populações urbanas coloniais. Analisando o exemplo de Charles Town, na colônia inglesa da Carolina, na América do Norte, *Anke Fischer-Kattner* expõe que as fortificações e obras defensivas foram negociadas pelos membros da comunidade citadina em função da efetiva ameaça por inimigos internos e externos e perigos naturais. Segundo Fischer-Kattner, além de desempenhar função militar, formaram um valor constitutivo da identidade cultural urbana, transmitindo a promessa de segurança, ordem e comunidade política. Por isso diz que as obras defensivas não podem ser consideradas um meio de controle absolutista para disciplinar os súditos, mas que conservaram uma multiplicidade de significados positivos para seus moradores. *Gefferson Rodrigues* analisa como os moradores e as Câmaras de Recife e Olinda debate-

ram durante décadas sobre a forma e a funcionalidade de uma ponte entre as duas cidades, recorrendo a sucessivos governadores e encomendando pareceres a engenheiros e médicos. Mostra como homens livres e pobres, mulheres e escravos tinham interesses vitais na obra e interferiam ativamente na sua configuração. *Michael Roth* argumenta no seu texto que a cidade de Roma teve função exemplar para a política assistencialista em proveito da população carente, já que, por sua posição de centro do mundo católico, teria influenciado as administrações na maior parte das cidades coloniais de confissão católica. Como expõe Roth, no século XVIII dois terços da população romana dependiam dos cereais distribuídos em nome do papa. Se a caridade, por um lado, estava firmemente ligada ao controle social da população, Roth explica que, por outro lado, o povo cobrou esse serviço aos papas com toda severidade. *George Souza*, estudando as atividades municipais que orientavam e agilizavam a vida cotidiana dos moradores de Recife, defende que as obras efetivamente representaram mecanismos de reprodução de desigualdades. Concentrando-se nas medidas referentes ao abastecimento e à salubridade da cidade, argumenta que sua implementação refletiu as negociações pelo poder entre diversos atores interessados além dos órgãos municipais, como o grupo mercantil, as misericórdias e os poderes centrais. Embora houvesse uma resistência por parte dos administrados em relação a algumas medidas, frequentemente foram operacionalizadas em detrimento deles.

Na terceira parte, a coletânea reflete o traçado do espaço urbano na prática, apresentando as divergências entre o *concebido* e o *vivido*. *Antonia Mota* estuda o desenvolvimento do traçado urbano de São Luís do Maranhão, que partiu de uma planta com malha ortogonal e homogeneidade funcional das ruas, para, depois da ascensão econômica na segunda metade do século XVIII, resultar num traçado heterogeneizado. Enquanto no início a prática para a obtenção de lotes consistiu na ocupação efetiva para depois obter o registro de posse segundo as normas da Câmara, com a crescente prosperidade econômica tornou-se importante possuir um título da terra mesmo que ela não fosse ocupada. Em consequência, a distribuição dos lotes começou a obedecer às leis do mercado, não só alterando o traçado original, mas também levando a uma segregação social do espaço. *Guillermo Wilde* apresenta um trabalho sobre a organização urbana e a concepção do espaço nas missões jesuíticas do Paraguai. Explica que as disposições urbanas, com seu caráter simétrico, racional e hierárquico, tinham por objetivo a administração eficiente e o controle social dos indígenas. No entanto, esse modelo uniforme não existiu no período inicial. Naquele tempo os

planos eram adaptados pragmaticamente às condições locais e integraram importantes componentes guaranis. No período tardio o espaço missional não se limitou ao âmbito fechado do núcleo urbano, mas compreendeu porosidades e ambiguidades fora do controle dos religiosos, pelas quais os indígenas construía um espaço segundo as suas próprias práticas e concepções. *Susan Richter* trata da tentativa falhada de copiar a gestão de canais da metrópole holandesa para a cidade colonial de Batávia, na Ilha de Java. Segundo Richter, a razão do declínio foi a falta de um espírito “burguês” entre os mercadores holandeses e a ausência do assistencialismo de cunho calvinista, causados pelo fato de a Companhia Neerlandesa das Índias Orientais não apoiar o estabelecimento permanente dos holandeses. Os imigrantes chineses, no entanto, que ativamente participaram da formação da comunidade política e se consideravam cidadãos, estavam mais interessados na agricultura do que na construção de uma cidade comercial de cunho holandês. Finalmente, *Denise Tedeschi* mostra como as obras de abastecimento de água da cidade de Mariana não só refletiam a consolidação das estruturas sociais da sua população, mas produziam também mudanças significativas nas práticas cotidianas dos moradores. A disponibilização da água nos chafarizes públicos serviu para embelezar a cidade e simbolizar o zelo do Senado com seus habitantes, ao mesmo tempo que organizou e normatizou o comportamento dos consumidores. No entanto, a ordem visada pelo governo foi frequentemente posta em causa pelas táticas dos consumidores, que nem sempre obedeciam aos conceitos da Câmara, não só por abusos nas próprias fontes mas também pelo furto das águas da rede subterrânea.

Conclusões e perspectivas

As obras, apropriadas pelos moradores de múltiplas maneiras, frequentemente formando focos de conflito, podiam tanto incluir como excluir pessoas, integrar como segregar as populações urbanas. Elas refletiam as tensões existentes na sociedade, mas as obras e a sociedade também se influenciaram mutuamente. Embora à primeira vista possam-se constatar muitas semelhanças entre as cidades coloniais pertencentes aos diversos impérios europeus, a seleção aqui analisada foi pequena, e de fato devemos ser prudentes para não tirar conclusões demasiado generalizadoras. O que se pode, sim, sustentar no âmbito global, no entanto, é uma semelhança do código intelectual que os europeus tentaram impor, ou seja, dos conceitos e das ideias produzidas pelos planejadores a ser efetivados pelos engenheiros

e administradores. Também as narrativas sobre as cidades e as suas obras eram parecidas, especialmente em relação à percepção da tarefa colonial e da alegada falta de um espírito republicano ou burguês na população. Para fazer jus à singularidade das cidades coloniais deve-se, no entanto, fazer o esforço de ultrapassar esse tipo de interpretação oferecida desde os primeiros cronistas. Considerando as cidades coloniais pontos de encontro de diversas culturas, nos primórdios da globalização, deve-se aprofundar a investigação dos atores que não faziam parte do código intelectual herdado do Velho Mundo, sobretudo dos povos indígenas e dos escravos importados da África. Enquanto na presente coletânea os indígenas estão presentes, mesmo que só numa minoria dos capítulos, os escravos, construtores e usuários principais da maioria das obras, lamentavelmente, são quase totalmente ausentes. É nessa vertente, no papel produtor e criativo dos atores que não corresponderam às expectativas hegemônicas europeias e não faziam parte do ideal republicano, que, a nosso ver, a pesquisa deve prosseguir no futuro.